

Colômbia leva dramas à literatura

Obras fazem registro e refletem sobre o conflito entre Farc e Exército

Sylvia Colombo

Historiadora e jornalista especializada em América Latina, foi correspondente da Folha em Londres e em Buenos Aires, onde vive

"Existe Futuro se Existe Verdade", esse é o nome do relatório final dos trabalhos da Comissão de Paz colombiana, concluído em 2022, que descreve os mais de 55 anos de luta da guerrilha de esquerda Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), desde sua criação, em 1964, até 2021, quando o acordo foi assinado por ambas as partes. Se nesta primeira entrega estão compilados mortes, massacres, sequestros, recrutamento de crianças, além dos abusos sistemáticos de direitos humanos cometidos pelo Exército, entre eles o caso dos chamados "Jalisco positivos", agora assunto chega à via literária. Acaba de sair "Verdades Compartidas" (ed. Seix Barral, importado), uma edição que reúne impressões, ensaios, interpretações particulares de dez desses casos, todos sob o olhar de autores latino-americanos de renome, como o colombiano Juan Gabriel Vásquez, a uruguaia Fernanda Trias, a chile-

na Nona Fernandes, o mexicano Antonio Ortiz, entre outros. Vásquez, conhecido por "O Barulho das Coisas Ao Cair" (ed. Al Jauzara, 2021), pergunta, em seu capítulo de "Verdades Compartidas": "Como lidar com as imperfeições da memória, sobretudo quando é a dor que tu do transtorno é distorcido sempre as recordações do passado?". Em seu ensaio, "Um Universo em Destrução" (um universo em destruição), o argentino Leda Guerrero se lembra da res-

posta que então deu o ditador Jorge Rafael Videla (1923-2021) a um jornalista que lhe questiona sobre uma pergunta que o papa fizera, em 1979, sobre os desaparecidos do regime militar (1976-1982): e que até então estava sem resposta. O general respondeu assim: "Se um homem desaparece, seria um tratamento X, se a aplicação se convertesse em certeza de seu falecimento, teria um tratamento Z, mas enquanto desaparecido não pode ter um tratamento especial, é um desaparecido, não tem identidade, não está nem morto nem vivo". A res-

posta se infere: se não fosse trágica. E poderia aplicar-se de modo macabro a tantos países da América Latina, como México, Colômbia, os migrantes largados mortos sem enterrar no Estreito de Darfú. No momento de sua conclusão, as cifras da Comissão da Verdade eram terríveis: desde o início do conflito morreram pelo menos 450.666 pessoas no contexto do conflito armado; 121.768 foram vítimas de desaparecimento forçado; 52.770 foram sequestradas; 16.238 crianças e adolescentes foram recrutados para integrar fileiras da guerrilha; 22.440 pessoas foram vítimas de atos contra sua liberdade e integridade sexual; além dos 8 milhões que foram deslocados internamente.

Hoje, a Colômbia lidera entre os países em que há mais deslocados internos por conta da guerra, em geral de gente pobre, segundo as Nações Unidas. Mas nem tudo são cifras e comparações. Leitores apressados ou práticos bélicos dirão que a lei era para a paz, mas não há paz. Claro, porque o acordo não era para pacificar o país, mas aniquilar o poder das Farc de reutilizar atentados, levantes, bombas, sequestros: coisas que praticamente já não ocorrem. A violência aumentou, sim, mas por conta do contexto da escalada que vem da América Central e o norte da América do Sul, que é o do narcotráfico. Alguns colombianos estão vivendo diferente. Parte disso é lançar uma obra como "Verdades Compartidas" e expandir a reflexão pelo região. Não é pouca coisa.

| São, Sylvia Colombo | **TEX. Mundo** | **LEU** | **QUI**, Lúcia Guimarães | **SÃO**, Igor Patrick

Risco de guerra permeia campanha em Taiwan

A uma semana de eleição, candidatos prometem investir em defesa, e especialistas veem despreparo ante Pequim

Nelson de Sá

TAIPE Os dois presidencialismos com mais chances na eleição de Taiwan, no próximo dia 13, têm plataforma semelhante para defesa. O governador Lai Ching-te apóia o recorde de 2,5% do orçamento para o setor previsto para este ano, e promete mais. O opositorista Hou Yu-hsi fala em superar esse patamar, a 3%, e promete, além disso, o dobro da defesa em 2025. Também concorda quanto ao investimento em mais armamento e preparação, no esforço de desestimar uma invasão pela China. O grande atual, porém, não é animador. Tem julho, um grupo de jornalistas estrangeiros, inclusive da Folha, estava num trem a caminho de um estacionário militar na costa sul de Taiwan quando foi comunicado que teria de descer na estação seguinte, no meio da ilha, e retornar para a capital, Taipei. O ministério da Defesa não informou o motivo, mas horas antes uma explosão num depósito de munição em Beidong, no norte, havia ferido quatro militares. Um precisou amputar o braço, outro, a mão. O maior exercício anual de guerra, que havia mobilizado a cobertura por toda a ilha,

foi apagado pelo episódio. Duas semanas atrás, em acontecimento mais trágico, três marinheiros taiwaneses foram levados por uma ondata, durante uma verificação no exterior de um submarino em mar aberto. Wendell Merrick, veterano jornalista americano de assuntos militares, baseado desde 1997 na Ásia, estava na viagem para o Sul e lamenta a sequência de acidentes. "No submarino, os militares não estavam presos com segurança. A Marinha dos Estados Unidos nunca permitiria isso. Foi estúpido". Merrick não vê a ilha preparada para enfrentar uma guerra. "O que a China provavelmente fará é um ataque de saturação às instalações militares, em múltiplas camadas e em múltiplas ondas, e isso é impossível para Taiwan segurar", diz o especialista. "O risco é muito diferente a avaliação do da admiração taiwanês Chen Yun-kang, que conta em seu livro um "jogo de guerra" com participação de analistas estrangeiros, uma projeção de ataque "com foco não só na própria guerra, mas também de suprimentos, de alimentos e energia,

suporte médico, economia". Ex-comandante da Marinha e ex-adido em Washington, além de ter passado dois anos como executivo na gigante de armamentos Lockheed Martin, sua conclusão é que "o tempo de reação não é suficiente". É preciso confrontar "os planos com a realidade", e esta indica que "Taiwan não pode se permitir uma guerra com a China", por mais que as armas americanas reduzam a vantagem chinesa e levem à "vencer algumas batalhas", avalia Chen. Não haveria preparo para tanto, e seria necessário enviar mais militares aos EUA para aprender a lidar com os equipamentos, por exemplo. Hoje, "o custo de uma guerra seria muito alto para Taiwan suportar", diz ele. Para Merrick, o ambiente político taiwanês vive "num mundo tão fantasma", em que a invasão parece ser uma possibilidade distante. Ele cita como exemplo um recém-fundado mandau (manga-china) que retrata a invasão da ilha, com ataques, tem rugas e temiladas mulheres com petcos grandes, voando em helicópteros e fazendo todo tipo de coisa. Não é necessariamente errado, é só ofensivo.

Uma alternativa para Taiwan é buscar maior cooperação com parceiros, como defendem Lai e, com menos convicção, Hou. Por parcerias, entendam-se os EUA. O jornalista americano afirma que há hoje na ilha, após uma escalada no envio, 800 militares de seu país, quatro vezes o que se estimava até recentemente. "Eles tomaram por um ano o hotel Marriott e o Grand Mayfair, ambos perto do ministério da Defesa", diz. Muitos são observadores, para avaliação, não fazem treinamento, não são assessores", diz. A escalada coincidiu com um relatório do "think tank" americano de defesa Rand Corporation, que previa derrota de Taiwan "em 90 dias" e pedis mais treinamento dos EUA. Mas do que a eventual preparação de militares taiwaneses, a possível entrada dos EUA diretamente em conflito com a China é uma questão que concentra a atenção de especialistas em relações internacionais, sobretudo americanos.

John Mearsheimer, da Universidade de Chicago, esteve em Taipei em setembro e avaliou que Washington entraria em guerra pela ilha. Joe Biden falou três ou quatro vezes e estava dizendo o que todo mundo em Washington sabe, e os chineses sabem", afirmou ele. "Nos vamos defender Taiwan por duas razões estratégicas", argumentou. "Uma é que o controle chinês de Taiwan teria ramificações sobre o nosso controle das águas para além da ilha. A segunda é que quebrar a nossa estrutura de alianças na Ásia. Japoneses, australianos, filipinos estão olhando".

Mearsheimer não acredita que vá haver guerra, porque as condições militares seriam desfavoráveis para a China decidir por uma invasão. Citou especificamente a necessidade de uma operação anfíbia, ariscada demais. Graham Allison, da Universidade Harvard, vê uma guerra como "provável". Mais recentemente, também falou da Coreia, mas para arriscar que um confronto por Taiwan "muito provavelmente acontecerá de jeito que a última guerra entre EUA e China acontecerá", sete décadas atrás. Muito do debate estratégico taiwanês se dá nos EUA. Todos os candidatos a presidente estiveram lá, nesta campanha, e Hou foi convidado a escrever um artigo sobre sua política de defesa para a Foreign Affairs, revista do "think tank" de política externa Council on Foreign Relations (CFR). Na quarta (4), o CFR divulgou um relatório sobre "os conflitos nos quais ficar de olho" em 2024, com destaque para Taiwan, de "probabilidade moderada". Em mídia social, Hou compartilhou o estudo e lembrou seu artigo, argumentando ser "o único candidato para desescalçar" a guerra.

Coreia do Norte faz mais 60 disparos no mar próximo à ilha da Coreia do Sul

BOA VISTA A Coreia do Norte realizou mais de 60 disparos de artilharia próximos da fronteira marítima com a Coreia do Sul no sábado (6), informou o Exército sul-coreano. A ação ocorre um dia após Pyongyang fazer mais de 200 disparos semelhantes na mesma região, em momento de aumento de tensões entre as duas Coreias. Os disparos foram novamente feitos ao redor da ilha de Yeonpyeong, de acordo com o Estado-maior conjunto da Coreia do Sul em comunicado. Seul "instou energicamente" a Coreia do Norte a parar com atos que ameaçam a paz na península. Os projéteis caíram ao norte da Linha de Limite do Norte (NLL), a fronteira marítima entre as duas Coreias, de acordo com a agência de notícias Yonhap, citando o Estado-maior sul-coreano. Ao contrário das ações de sexta-feira, o Exército de Seul não planeja disparar no mar em resposta à provocação do regime da Coreia do Norte, informou a Yonhap.

Nesta sexta, autoridades de Yeonpyeong e da ilha de Baengnyeong emitiram alertas para que moradores buscassem abrigo em razão de uma "situação não especificada". O Ministério da Defesa da Coreia do Sul não confirmou se as ações na área afetada dos moradores foram motivadas pelos disparos de Norte ou pelos exercícios militares que as forças de Seul realizaram em resposta. Uma mensagem de texto enviada à população das ilhas de Yeonpyeong e de Baengnyeong mencionou que um "exercício de fogo naval" seria realizado por tropas a partir das 08h no horário local (3h em Brasília) de sexta. Detalhes das atividades não foram divulgados. Os disparos da Coreia do Norte não causaram danos físicos militares no Sul, segundo um porta-voz do Exército sul-coreano. Ele advertiu, porém, para uma piora na relação entre os países. "Este é um ato de provocação que aumentará a tensão e ameaça a paz na península coreana", afirmou Lee Sang-joon, do Estado-maior conjunto da Coreia do Sul, em resposta à provocação de Pyongyang disse após os disparos de sexta que a operação foi uma resposta às ações militares em larga escala do

"gângster" sul-coreano, possível referência ao presidente conservador Yoon Suk-yeol, que mantém postura belicista em relação ao regime do Norte. Afirmou também que as ações não tiveram impacto sobre a segurança das ilhas sul-coreanas, segundo a agência de notícias estatal KCNA. Yeonpyeong abriga pouco mais de 2.000 moradores e está localizada a cerca de 120 km a oeste de Seul. O local, acessado por balsas, também concentra tropas. Leif-Eric Easley, professor de estudos internacionais na Universidade Ewha, na capital sul-coreana, disse que os disparos do Norte como parte dos exercícios de inverno não são incomuns. "O diferente este ano é que Kim Jong-un publicamente renunciou à reconciliação e unificação com o Sul", afirmou ele à agência de notícias Reuters. O regime comandado pelo ditador está alterando a forma como lida com a Coreia do Sul por meio de mudanças na política e nas organizações governamentais que tratam o vizinho efetivamente como um Estado separado e inimigo.



TV em Seul exibe imagens de disparos da Coreia do Norte. Jang Nam-ja/AP

Can Reuters